

Gómez Soto, William Héctor; Hadrich Silva, Raquel

A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos
pescadores da Vila Nova –São José do Norte (RS)

Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 25, núm. 1, enero-mayo, 2017, pp. 131-152

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964721006>

William Héctor Gómez Soto¹

Raquel Hadrich Silva²

A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS)

Introdução

A ampliação das regiões portuárias na costa brasileira tem se intensificado nos últimos anos, principalmente devido às descobertas de petróleo do pré-sal. Áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades pesqueiras artesanais vêm sendo desapropriadas para a construção de empreendimentos como, por exemplo, estaleiros destinados à construção de plataformas petrolíferas *offshore*.

Este artigo analisa as transformações da vida cotidiana dos pescadores de São José do Norte ocasionadas pelo processo de retomada da indústria naval em Rio Grande, Rio Grande do Sul e seu entorno. O artigo mostra os efeitos locais do processo da expansão dos investimentos portuários. A partir disto, chama-se a atenção para os aspectos ocultos dos processos de desenvolvimento que geralmente são desconsiderados nas análises dos formuladores de políticas públicas. A vida cotidiana das comunidades é um destes aspectos ocultos.

Da perspectiva da vida cotidiana

Toma-se a vida cotidiana no sentido que está na sociologia de Henri Lefebvre, e que permite ir além das análises economicistas que simplificam os processos complexos de desenvolvimento e o reduzem à dimensão exclusivamente quantitativa. A ocupação do espaço da vida cotidiana provoca o desenraizamento do homem. Um espaço pleno de sentidos desaparece. O espaço, o tempo, o simbólico e as práticas destas comunidades são destruídos. O espaço representa o entorno do indivíduo ou de um grupo social, disse Lefebvre, e contém não só elementos de caráter objetivo, mas também subjetivo. O espaço se constitui um espaço

¹ Professor do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: william.hector@gmail.com.

² Mestre em Sociologia pela UFPEL. E-mail: raquelhadrich@gmail.com.

de referência para o indivíduo ou grupo social, portanto, possui certa duração. O deslocamento deste espaço delimitado, onde os atores sociais têm suas referências e significados de vida, produz a figura do desenraizado. O cotidiano está repleto de símbolos que são compartilhados por uma comunidade, que os reconhece. Por exemplo, o mar é um símbolo reconhecido pela comunidade, que significa vida e reprodução social. Segundo Lefebvre, o tempo social é uma confluência permanente de tempo linear e tempo cíclico. Essa combinação de tempo linear e cíclico é o que Lefebvre denomina ritmoanálise. Lefebvre elabora uma teoria dos ritmos para compreender a relação entre tempo e espaço nos seus estudos sobre a vida cotidiana. Como disse Pais (1986), o cotidiano é um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é um lugar revelador de processos das sociedades e de determinados conflitos sociais.

Na sociedade capitalista, os espaços vividos são subordinados às operações do capital global. Nesse sentido, o espaço local, juntamente com a cultura local, pode ser considerado, segundo Escobar (2005), como o “outro” da globalização, ou seja, o diverso diante do atual momento de desenvolvimento do capitalismo moderno. A experiência de desenvolvimento, segundo este autor, tem significado, para a maioria das pessoas, um rompimento do lugar. O lugar, compreendido como uma experiência baseada no sentimento de pertencimento, continua sendo importante elemento da vida cotidiana.

Os projetos tradicionais de desenvolvimento e suas consequências

Os projetos tradicionais de desenvolvimento têm provocado o deslocamento de comunidades tradicionais e ocasionado efeitos negativos na vida cotidiana dessas populações. O deslocamento desses grupos tem significado não apenas a perda de terra, mas também uma desterritorialização que rompe com um modo de vida que depende do lugar; além do que também significa um verdadeiro colapso da memória e da identidade centrados no lugar; e a perda das bases materiais e simbólicas dos modos de vida.

O processo de reprodução social envolve a capacidade e habilidade de dominar certas práticas, realizar atividades, saber se dirigir na vida cotidiana (SCHKOLNIK, 2011). Dessa forma, o homem particular, segundo Heller (1982), emerge de condições sociais concretas, em sistemas concretos de expectativas dentro de instituições concretas e, acima de tudo, deve aprender a usar as coisas, se apropriar dos sistemas de usos e expectativas.

Para a sobrevivência ou a reprodução social do homem particular, o trabalho é um aspecto fundamental da vida cotidiana. É por isso que para

o trabalhador

o trabalho não é apenas a ocupação, o vínculo empregatício. O trabalho é, também, o seu resultado, aquilo que o trabalho propicia. Não só o que propicia em termos econômicos, os bens de consumo, inclusive os de consumo durável, os objetos e serviços que mediatizam um modo de viver. Mas, sobretudo, o que propicia esse modo de viver e a grande variedade de relações sociais que não se reduzem à estrita relação de trabalho nem se reduzem à dimensão econômica dos relacionamentos. Mais ainda: o trabalho é um modo de imaginar a vida, o eu e o outro, um modo como o trabalhador imagina seu trabalho e os resultados de seu trabalho, o que o trabalho viabiliza, mas também o que o trabalho não viabiliza (MARTINS, 2014, p.212).

O trabalho se transforma num valor social e numa mediação constitutiva de relações sociais, da trama das relações que asseguram a reprodução social e a vida cotidiana. Por tais motivos, o desemprego deve ser examinado sociologicamente como processo social de dessocialização de quem sofre essa ruptura de vínculos e de relacionamentos. O desemprego, disse Martins, irrompe no cotidiano como uma catástrofe, rompe o cotidiano ao anular as relações sociais de todo dia ou ao mudar-lhes o significado.

Embora o desemprego tenha tal alcance sociológico, esta categoria difundiu-se mais amplamente como uma categoria econômica, como indicativa do desempenho da economia. Este é, portanto, um dos principais motivos pelos quais o desemprego é uma das principais preocupações dos governos de todos os países. Nesse sentido, os grandes projetos econômicos visam reduzir os índices de desemprego.

Os empreendimentos portuários na zona costeira representam a imagem de proliferação de oportunidades de empregos formais, porém afetam os pescadores tradicionais, que não conseguem continuar pescando nesses territórios que são objeto dos projetos de desenvolvimento.

A invenção do cotidiano no espaço vivido

Nas diversas táticas cotidianas se expressa a resistência dessas populações atingidas pelos projetos de desenvolvimento. O homem simples produz novos espaços que se tornam espaços de resistência e esperança, numa sociedade excludente que prioriza a produção de lucro. Esses espaços de resistência, da sobrevivência e da reprodução social se tornam espaço do possível, espaço vivido como contraponto do espaço concebido.

A vida cotidiana, que é o espaço da repetição, também é o espaço da

resistência, do confronto com o poder, com o espaço concebido pelo Estado e o espaço abstrato do capital e da mercadoria. Na vida cotidiana, as populações rejeitam as demandas do poder, que se apropria das terras, do trabalho, das rendas e dos espaços de vida.

A longo prazo, a resistência cotidiana impõe limites nos poderes, frustrando muitas das suas ambições (MONSMA, 2000). Há uma distinção evidente entre a resistência cotidiana e as demais formas de resistência organizada. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de fato imediatos (SCOTT, 2011). Todavia, para a maioria das classes subalternas que vivenciam escassas possibilidades de emancipação ao longo de sua história, a forma cotidiana de resistência se apresentou como a única alternativa. Assim, essa modalidade de resistência do dia a dia do homem comum revela a persistência e inventividade de um grupo que está em contradição com o poder hegemônico do capital, mas sofre repressão diária que lhe instiga a resistir anonimamente dia após dia.

Os pescadores de São José do Norte

A motivação por estudar o caso do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e seu entorno se deu devido à relevância do empreendimento na retomada da atividade naval nacional, que exige áreas da extensão de faixas de terra à beira do estuário da Lagoa dos Patos. Espaço que abriga comunidades dedicadas à atividade pesqueira artesanal. As famílias de pescadores sofreram deslocamento compulsório mediante o pagamento de indenizações pela empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR), empreendedora do Estaleiro São José do Norte.

Fora um total de quinze entrevistados, nove homens, um menino e cinco mulheres. As entrevistas foram realizadas entre 19 e 21 de janeiro de 2016 no município de São José do Norte, nas novas moradias dos pescadores da Vila Nova, excetuando-se o pescador Seu Lélo, que cedeu a entrevista no seu local de atracação de embarcação.

As transformações do espaço

O município de São José do Norte é estratégico para o crescimento econômico da Metade Sul, principalmente a partir das recentes obras da Estrada RST-101 (trecho estadual da BR-101), antes conhecida como “Estrada do Inferno”. Com a pavimentação da Rodovia que liga São José do Norte à capital do Estado do Rio Grande do Sul, a construção do Estaleiro EBR passa a ser viável.

No ano de 2013, iniciaram-se as obras do Estaleiro EBR no município, na margem do estuário da Lagoa dos Patos onde residiam 45 famílias, a

maioria de pescadores artesanais tradicionais, que formavam a comunidade pesqueira Vila Nova.

Para a EBR, o local é um espaço econômico passível de indenização; para os pescadores, a Vila constitui a história de seus moradores, a garantia do acesso a pesqueiros produtivos e a uma vida tranquila.

Os pescadores da Vila Nova possuíam uma relação íntima com o meio ambiente em que estavam inseridos. Viviam em relações de parentesco, amizade e camaradagem entre si. A atividade pesqueira depende dessas relações de proximidade e acesso à praia para manter suas atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, são elementos constitutivos da comunidade tradicional.

O espaço da comunidade foi invadido, o cotidiano do trabalho na pesca artesanal dependente do território foi ocupado pelo empreendimento. A transformação do meio ambiente, a perda de pesqueiros importantes, da área de atracação de embarcações e de pontos de colocação de redes de pesca têm dificultado as safras de espécies para a manutenção destas famílias.

Além da dificuldade de seguir trabalhando na pesca, uma das entrevistadas aponta as mudanças que afetam diretamente o modo de viver destes pescadores.

“Ah, era muito bom. A gente via os botes na corvina, no camarão arrastando. Aí o Pedrinho chegava com 400 ou 500 quilos de camarão aí a gente ia pro bote ajudar a escolher, pra canoa, coisa boa. As crianças conviviam com a pescaria, com tudo ali. Era bom, bah. Tu ia lá com a baciazinha, pegava um peixe ou um camarão pra comida fresquinho da hora. Agora aqui, aqui eu não vejo nada. Só se eu olhar pra cá e ver a loja dele ali. É o que eu vejo” (Ana).

Assim, os impactos na vida cotidiana se refletem no distanciamento dos pescadores de seu meio ambiente de trabalho e lazer: a Lagoa dos Patos. O espaço da vida cotidiana dos moradores significa um elemento simbólico da própria história dos moradores.

“Aquilo pra mim é as relíquia, né. Coisa que eu não posso ter mais” (Ana).

A razão hegemônica utilitarista (Gerhardt *et al.*, 2014), considera a Lagoa dos Patos como uma fonte de recursos materiais, sem levar em conta aspectos simbólicos tradicionalmente construídos. Os pescadores artesanais entrevistados revelam que as mudanças impulsionadas pela modernização portuária acarretaram muitas perdas, não só a perda de território, mas também de um modo de vida proporcionado pelo arranjo espacial específico do lugar.

“Era a minha Vila, era a minha Vila, mas lá não. De vez em quando

“eu olho pro mar e me dá até uma tristeza. Não tem como a minha vila. Aí eu vou indo e vou olhando pro estaleiro. Eu olhando pro estaleiro eu penso ah, como era bom” (Ana).

“Ali não tem lugar igual, melhor. Não sei se é por que eu fui criada em beira de praia. Aqui tem que viver preso, aí chega de noite tem que passar chave na grade. Tem que fechar bem as janelas, as portas, é uma vida presa né” (Ana).

“Eu olho pra tudo isso aqui e não vejo meu chão, parece que eu estou num aluguel e que eu vou voltar pra onde eu.... Muitas vezes eu me encerro e choro, choro, choro. Eu passo muito ali. Quando eu passo de carro ali na Vila, bah, me passa tudo de volta. Por que lá era um outro mundo, sabe. Era o nosso chão” (Maria).

“Tinha mais alegria pra viver. Ah era melhor, sei lá. Era o lugar do cara, a gente se conhecia todo mundo né, meu Deus do céu. Ah não quando eu fui sair de lá eu chorei né. Bah. Fiquei triste mesmo, fiquei né, fazer o quê. Por que eu não queria sair” (Luiz).

“E ali onde cara tava, tá loco, meus filhos mesmo, tavam tudo lá na beira da praia, tudo à vontade, e agora aqui já mudaram tudo, já mudou o sistema de viver né” (Silvio).

As falas acima representam o sofrimento vivenciado pelos pescadores. Percebe-se que a destruição do lugar abala diretamente a vida cotidiana dos sujeitos. O lugar aparece aqui como elemento que configura a identidade do pescador artesanal e a destruição do lugar, portanto é também a destruição da identidade da comunidade. A destruição da casa dos pescadores, do espaço da vida cotidiana; é uma expressão de poder que ataca a vida cotidiana e provoca sofrimento nos membros da comunidade. O sofrimento é mais do que resultado da perda da casa, do lugar. Trata-se do sofrimento de não poder viver conforme a vontade própria: é uma privação de liberdade (SEN, 1999).

A forma de trabalho do pescador artesanal na zona costeira determina e impregna todo o seu modo de vida associado à sua própria liberdade. No caso do Estaleiro, em São José do Norte, a atitude do Estado de disponibilizar os terrenos de domínio da União para o setor privado foi justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego e renda na região. Todavia, para a população de pescadores artesanais que residia na área cedida à EBR, esse processo significou um rompimento em seu modo de vida marcado pela dependência do território para sua reprodução social. A fala de Seu Lélo apresentada a seguir confirma a situação narrada:

“É o que eu digo: se eu não fosse aposentado e a minha mulher não fosse aposentada, eu taria passando fome. Quer dizer, um cara de sessenta anos passando fome porque os caras tiraram o cara da área do ganha pão do cara. A gente saía pro mar sem despesa” (Seu Lélo).

O pescador entrevistado refere-se ao território como seu “ganha-pão”, afirmando que o deslocamento para a nova área trouxe dificuldades para a atividade pesqueira artesanal cotidiana. A dificuldade central exposta aqui se trata dos gastos elevados, antes inexistentes, para a realização da pescaria. No modo de vida que tinha antes do deslocamento compulsório, o local de trabalho e moradia era o mesmo. Agora, a nova localidade de residência é afastada da Lagoa dos Patos, culminando em altos custos de transporte diário para a realização do trabalho.

O trabalho dos pescadores da Vila Nova vai muito além do “ganha-pão”. A artesanalidade do ofício destes pescadores lhes confere um orgulho interno com o produto gerado e, consequentemente, uma satisfação a cada dia de trabalho. Pode-se dizer que existe entre estes trabalhadores artesanais certa paixão por seu trabalho. Os pescadores artesanais possuem similaridades ao artesão descrito por Mills (2009). Para o autor, no artesanato, o trabalhador é o senhor da atividade e de si mesmo no processo. Assim, ele é responsável por seu resultado e livre para assumir essa responsabilidade. Essa liberdade conferida ao trabalhador artesanal pode ser identificada na fala de Silvio (entrevistado). O pescador apresenta o contraste entre trabalhar para o setor privado e ser pescador, pois, segundo ele, ser empregado da EBR seria o mesmo que estar na “cadeia”, ou seja, há uma representação do pescador como um trabalhador livre.

“Perguntou lá pra mim 'Queres um emprego pra ti?'. Aí eu 'Vem cá, tu tá a fim de me botar na 'cadeia' de novo?', não isso não me interessa” (Silvio).

Em outro momento, o pescador Silvio aponta que a única forma de trabalho que lhe traz satisfação é a pesca artesanal. Para ele, trabalhar na pesca é ser livre. Da mesma forma que o artesão apresentado por Mills (2009), o trabalho do pescador é a mola mestra da única vida que ele conhece e trabalho e diversão ou trabalho e cultura não estão divorciados.

“E é um troço que, olha, pra mim a única coisa que tem é a pescaria, por que eu já tentei trabalhar assim, não é? Trabalhar. Eu remendava umas redes nos depósitos lá, e não dá o cara ficar trancado, aí, eu fico agoniado, trancado dentro dum troço aí, tem que ser livre no caso. Nem que eu fique no meio do mar, mas em terra não” (Silvio).

A percepção do pescador entrevistado confirma o descaso do Estado

no processo de modernização da indústria naval com as formas de trabalho historicamente constituídas no meio ambiente da Lagoa dos Patos. Ou seja, o PAC, enquanto política que visa a geração de emprego e renda, não atende às demandas deste grupo local como portadores de uma forma de trabalho distinta daquela que constitui a sociedade urbano-industrial.

As táticas de reprodução social dos pescadores artesanais têm como base as relações de trabalho e os vínculos sociais estabelecidos no território. Os antigos moradores da Vila Nova, que residiam no entorno do estuário, se relacionam intrinsecamente com a natureza, nas formas de trabalho e relações comunitárias.

Constata-se a importância do estuário da Lagoa dos Patos nos processos de formação das cidades Rio Grande e São José do Norte que, na atualidade, comportam o complexo portuário denominado Polo Naval, que representa a principal atividade com elevado valor econômico e comercial do Rio Grande do Sul. Todavia, as atividades produtivas capitalistas produzem externalidades ambientais que serão suportadas pelas comunidades locais em maior ou menor grau de acordo com as formas de relacionamento que essas mantêm com a natureza impactada.

As práticas industriais instauradas no Estado como indústrias de fertilizantes, calçadista, a rizicultura com base no agronegócio e também a atividade portuária possuem alto impacto ambiental nos ciclos da água, comprometendo a vida animal e vegetal da Lagoa dos Patos que, por sua vez, garantem a subsistência dos pescadores artesanais desses territórios. Apesar de não ser exclusividade desta atividade, a ampliação das instalações portuárias das cidades de Rio Grande e São José do Norte que formam o Polo Naval tem afetado significativamente o ambiente lagunar, em especial a região estuarina devido, principalmente, à sua localidade operacional.

O estuário da Lagoa dos Patos (ver Figura 5), que abriga o Polo Naval em suas margens, é delimitado pela área compreendida entre a barra de Rio Grande e uma linha imaginária, unindo a extremidade leste da ilha da Feitoria à Ponta dos Lençóis (GRANATO, 2005).

Muitos depoimentos coletados nas entrevistas realizadas para compor este trabalho enumeram várias problemáticas reais associadas à atividade industrial do Polo Naval. Para os pescadores artesanais da Vila Nova, o estuário da Lagoa dos Patos tem significado, é um “meio de vida”. Essa percepção remete a uma reflexão da dependência em relação ao meio ambiente, que gera, portanto, transformações na vida cotidiana desse grupo a partir da atividade industrial nesse território. Assim, constata-se um agravamento do cenário de danos ao ambiente estuarino para os pescadores de São José do Norte a partir da implementação do Estaleiro EBR.

O camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), segundo Abdallah & Silva (2012), sempre se destacou na atividade da pesca regional, por se tratar de um importante recurso capturado pela pescaria artesanal. Os autores apontam que grande parte do volume de pescaria artesanal dos municípios com margem à região estuarina da Lagoa dos Patos é oriunda da captura de espécies ditas “estuarino-dependentes”. Ou seja, espécies que dependem do ambiente estuarino nos estágios iniciais de crescimento, desenvolvimento e maturação sexual. Assim, esta região estuarina da Lagoa dos Patos funciona como um berçário natural para o desenvolvimento dessas espécies estuarino-dependentes, como é o caso do camarão-rosa, da tainha, do bagre e da corvina.

Os relatos dos pescadores entrevistados apontam para um elemento central da atividade naval que impacta diretamente na reprodução do camarão-rosa: a dragagem. A dragagem, segundo Granato (2005), consiste na retirada de um terreno natural sob a lâmina d’água cuja função pode ser a substituição por outro solo ou a retirada de obstáculos para a passagem de embarcações ou para atracação das mesmas. No caso do Estaleiro EBR, a dragagem da zona de transição terra-estuário serve para implantar uma zona de atracação das embarcações e plataformas que estão sendo construídas, reformadas ou adaptadas para futuras extrações.

Este processo de escavação do sedimento subaquático, conhecido como dragagem, tem como desfecho o transporte do sedimento dragado até o local de descarte definido com base em viabilidade econômica e ambiental. No caso do estaleiro que se trata aqui, o local escolhido foi o próprio terreno do empreendimento. Durante entrevista, a pescadora traz seu depoimento atentando à questão dos impactos desta atividade sobre o ecossistema e, consequentemente, a atividade pesqueira artesanal.

“Eles foram pra ali, afundaram aquilo ali não sei se 14 ou 15 metros. Tem pontos ali de 18. E o que que eles fizeram ali? Ali era o criadouro, as larvas de camarão era tudo ali. Quando eles estavam dragando aquilo ali e jogando pra lá, pensem em gaivota no meio do campo comendo as larvinhas, comendo tudo. [...] A gente ia pro Norte, bandos e bandos de gaivota, de garça, esses bichos tudo comendo as larvinhas. Pra ti vê que eles pegaram camarão ali dentro de berimbau. Ali no campo, ali onde eles jogam, ano passado os guri arrastaram de berimbau” (Maria).

Maria, a pescadora entrevistada, narra que a atividade de dragagem da área do Estaleiro EBR envolve o descarte do sedimento no terreno do empreendimento que antes dava lugar à vila dos pescadores. Este descarte contém água e, consequentemente, material biológico vivo e não-vivo. O depoimento da pescadora aponta para o fato de parte deste material biológico ser constituído por larvas de camarão. Para sustentar sua afirmação, Maria afirma ter testemunhado comunidades de aves se

alimentando nos locais de descarte do material da dragagem. Além disso, a pescadora conta que fora possível pescar camarão na área terrestre do empreendimento, confirmando o impacto da atividade da dragagem sobre essa população biótica.

Ao apontar os conflitos existentes entre a pesca e demais atividades da zona costeira do litoral do Rio Grande do Sul, os pesquisadores Haimovici *et al.* (2006) destacam os conflitos entre a pesca artesanal e a atividade portuária. Os autores apontam que esses conflitos se manifestam de diferentes formas, dentre elas estão os impactos da atividade portuária sobre os ecossistemas estuarinos através da dragagem e disposição dos sedimentos dragados como atesta também a fala da entrevistada Maria e dos entrevistados Pedro e Bill.

“Sem contar aquela área que a gente pescava ali. Ali era o nosso ganha-pão. Ali a gente tinha nossos pontos de rede parada e tinha nosso acesso pro camarão” (Maria).

“Não aqui na volta nem dá. Nem dá, porque eles afundaram com a draga. [...] Pro camarão o estaleiro vai estragar bastante. Já até estragou já. Onde era bom de nós pescar, o estaleiro tomou conta” (Pedro).

“Só que nós ali a Vila nós fazia a safra ali no Estaleiro. O camarão encostava ali no costão, agora tá tudo fundo ali. Agora acha em outro lugar, qualquer lugar” (Bill).

Além dos impactos mencionados, Granato (2005) afirma que a atividade de dragagem pode afetar os ecossistemas especialmente quando forem efetuados em sedimentos contaminados, pois podem provocar o aumento da poluição no sistema aquático, principalmente pela liberação de metais pesados para a coluna d'água. A presença deste material poluente na coluna d'água não pode ser detectada a olho nu, porém o pescador Seu Lélo aponta em entrevista que identificou a presença de outros materiais poluentes observáveis após a dragagem. O entrevistado relata que houve um aumento de resíduos sólidos no substrato da zona aquática na região do empreendimento após a operação das dragas em área que, segundo ele, eram realizadas importantes pescarias.

“A minha safra de camarão, de 80 a 90% ela era feito ali naquele local. A de tainha, então nem se fala, era 100% feito ali naquele local. E de corvina, é que assim também varia, a corvina eu tinha um setor ali de colocar a rede. [...] Inclusive ali tainha já ninguém lanceia mais, o camarão nem tem como trabalhar mais ali. Com aquilo ali o terreno ficou muito sujo. Tem muita coisa lá no fundo que não tem como a gente trabalhar mais. Por que rasga muita rede. Antes a nossa área ali

era limpa, no momento que eles dragaram apareceu pedra, apareceu um bocado de coisa, cabos de aço e acho que até coisas que eles deixam cair e que não recolhem" (Seu Lélo).

Outro conflito de uso da zona costeira do litoral do Rio Grande do Sul é a priorização do uso das áreas de canal para a navegação, áreas de pesca tradicionais dos pescadores artesanais (Haimovici *et al.*, 2006). A fala que segue, do pescador entrevistado Seu Lélo, revela este impacto no cotidiano de trabalho do pescador artesanal da região durante o lance de tainha.

"Só que o setor ali, eu tenho certeza que o lance de tainha terminou-se ali. Ainda mais que vai ter movimento de embarcação, dragas com ferro n'água que mesmo parada, mas tão ali, então a gente não consegue mais lançar a rede" (Seu Lélo).

Em entrevista, Seu Lélo atenta a outro impacto da atividade portuária, recém-instaurada em São José do Norte, em seu trabalho cotidiano, além dos efeitos dos resíduos sólidos. Segundo o pescador, a atividade industrial do estaleiro requer alta incidência de luminosidade artificial no período noturno, causando poluição luminosa ao ecossistema estuarino afetando, assim, a atividade pesqueira. O camarão-rosa, essencial na reprodução social dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, por ser o principal crustáceo capturado, é uma espécie naturalmente atraída pela luz. Tal fato justifica a utilização de fontes luminosas para a atração do crustáceo presente nas principais artes de pesca artesanal, como o saquinho.³

Para o entrevistado, a poluição luminosa causada pelo estaleiro tenderá a concentrar a população desta espécie nas proximidades do empreendimento. Longe de ser um impacto positivo, Seu Lélo entende que esta dinâmica de efeito antrópico que irá direcionar a população de camarão-rosa para a área do estaleiro significando uma menor densidade da espécie nos locais de colocação de redes próprias para a pesca da espécie.

"Eu acho que a única pescaria que aquilo ali vai favorecer é o camarão,

³ No final dos anos 1970, o saquinho foi introduzido na região do estuário da Lagoa dos Patos por pescadores catarinenses, tornando-se predominante durante a safra do camarão. Trata-se de uma rede de espera, de formato afunilado, composto de argolas de metal que diminuem o diâmetro da boca para o final da rede, formando vários saquinhos interligados. Assim, impedem que o camarão volte para a boca da rede, indo cada vez mais para dentro. Essas redes são fixas nas áreas rasas do estuário e utilizam uma fonte luminosa para atrair o camarão. Praticamente desde a sua introdução no estuário da Lagoa dos Patos, o saquinho foi oficialmente regulamentado como a única arte de pesca permitida para a pesca do camarão-rosa juntamente com o saco, sendo proibida a utilização de qualquer tipo de arrasto (KALIKOSKI, D. *et al.*, 2006).

mas não pra nós, né. Devido à luz, porque atrai o camarão, né. Mas as outras não. Vai ser pior pra nós, porque a luz de noite ele vai boiar todo e vai nas luz" (Seu Lélo).

Uma resistência silenciosa nas transgressões cotidianas

A resistência silenciosa dos pescadores da Vila Nova se manifesta em pequenas transgressões cotidianas. O espaço, antes feito de relações comunitárias entre os pescadores, agora fora cercado, privatizado, de circulação proibida ao homem comum que não integra a equipe de funcionários da EBR. Contudo, este fato não conduz à aceitação passiva da perda do território pesqueiro tradicional, mas a uma resistência que consiste em manobras cotidianas. Driblar as autoridades, desconhecer as regras impostas e as proibições se torna negação da imposição dos grandes investimentos e suas promessas abstratas de criação de novos empregos.

Essas maneiras cotidianas de fazer constituem as práticas pelas quais os usuários se apropriam do espaço social, modificando seu funcionamento e conferindo uma nova significação. É possível descobrir nessas táticas do cotidiano uma espécie de sabedoria milenar orientando o enfrentamento da uniformização e do controle pretendidos pelos poderes e administradores que intentam governar em nome de um saber superior e do interesse comum (SOUZA FILHO, 2002). É assim que os pescadores da Vila Nova que sofreram deslocamento compulsório, através de táticas cotidianas, resistem ao processo que é definido pelo Estado e o capital como desenvolvimento, mas que chega à comunidade como negação das relações sociais de cooperação, destruindo a inter-relação com a natureza e invadindo o espaço cotidiano.

Entrevistado, o pescador Pedro disse que, com a perda de território, ficou sem porto para a colocação de sua embarcação. Dessa forma, ele narra que passou a atracar nos trapiches dos companheiros de pesca cujas moradias não se localizam na área desapropriada para a implementação do estaleiro. O entrevistado aponta que tem preferência por sua antiga área de atracação que agora compõe a propriedade do empreendimento, pois nem sempre há a alternativa de atracar nesses trapiches. Assim, em diversas ocasiões, ele informa ter optado por atracar naquele espaço que antes se configurava como seu porto de atracação. O caminho partindo do trapiche de volta para casa, todavia, não se trata mais de uma caminhada tranquila e segura rumo ao descanso merecido. Agora o trabalhador artesanal da Lagoa dos Patos passa rastejando por debaixo de arames farpados que impedem a circulação de não-funcionários.

Quanto ao relacionamento com os funcionários responsáveis pela vigilância do espaço que fora privatizado, Pedro aponta que "fica tudo bem", mas com os "chefes" não, já que a ordem dada é: "correr dali". Relata

ainda que fora “*acusado*” pela câmera de vigilância quando trabalhava em seu bote na área do empreendimento.

Apesar da afinidade do pescador com o vigilante que compreendeu a situação, as ordens dos funcionários superiores foram de total proibição de ocupação do espaço pelo pescador. Ainda relata que o vigilante disse que não concordava com as ordens recebidas, uma vez que, além de zelar pela integridade da embarcação que lhe é própria, o pescador também cuidava da embarcação da própria empresa que lhe expulsava.

Segundo o entrevistado, ele se dá “*muito bem com o pessoal que trabalha na EBR*” e “*não está incomodando em nada, muito pelo contrário*”, pois cuida da embarcação deles, por uma espécie de troca de favores que acabou acontecendo por acaso. A relação de proximidade garante a atracação da embarcação do pescador no local do empreendimento, pois os funcionários responsáveis pela dragagem se dispõem até mesmo a dragar o local utilizado pelo pescador para lhe facilitar a atracação. Assim, a relação próxima mantida com esses funcionários ainda lhe garante a oportunidade de atracar a embarcação em seu antigo porto, enfrentando juntos a ordem estabelecida. Todavia, não se trata de uma tarefa simples, pois muitas vezes tem que ser realizada de madrugada para não ser flagrado pelos superiores. A resistência à imposição é árdua; enfrentar essa dificuldade para seguir utilizando seu antigo espaço faz parte do novo cotidiano do pescador que afirma que antes era “*tudo liberado, tudo bem. Não tinha briga, nada.*”.

Apesar da imposição de não circulação, aqueles cuja identidade está atrelada ainda àquele território se aventuram em atos de trampolinagem cotidiana que subverte a lógica da propriedade privada. Dessa forma, há certo prazer sentido pelos antigos moradores da Vila Nova de desobedecer às regras que lhes foram impostas. O poder do Estado e do capital acreditam ter lhes tomado seu território passivamente, porém nesses momentos cotidianos os pescadores resistem ao processo doloroso de perda de um território pesqueiro tradicional.

Mais que separação entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte, o estuário da Lagoa dos Patos é espaço de união, encontro, desencontro e reencontro. É aí que, durante a pescaria, os pescadores que antes compartilhavam o espaço social na convivência cotidiana da Vila Nova se reencontram. O estuário é o espaço de significados de vida, ele se constitui como fonte socializadora entre os pescadores artesanais. Frente às dificuldades de ocupação do espaço impostas pela lógica perversa do desenvolvimento, a comunidade dos pescadores da Vila Nova se constitui em uma cultura desviante. Tal fato se dá a partir da reorganização dos arranjos espaciais por meio de lógicas opostas às de concepções espaciais de controle e domínio do espaço imposto pela ação público-privada de modernização portuária.

O relato de uma pescadora entrevistada, Maria, narra a sua indignação perante uma situação que lhe ocorreu durante o processo de deslocamento. A pescadora conta que lhe fora permitido transplantar as árvores, plantas e arbustos que desejasse levar à nova moradia. Porém, ocupada com a mudança, não lhe ocorrera de imediato que havia deixado para trás a nativa frutífera de seu agrado, um pé de butiá. De volta ao seu antigo “chão”, os funcionários do estaleiro lhe informaram sobre a impossibilidade de retirar a árvore nativa nas devidas circunstâncias. Maria, que havia chegado supostamente tarde, não teria mais a autorização da retirada do pé de butiá. Espécie ameaçada de extinção, o butiazeiro não mais estava sob os seus cuidados, pois participava agora das estratégias exigidas para a compensação dos impactos ambientais causados pela obra.

A entrevistada relata que o pé de butiá que integrava a paisagem da antiga residência fora transplantado para outra área dentro dos domínios do empreendimento. Em resistência à proibição de seguir usufruindo dos frutos da nativa que lhe acompanhara durante o período vivido na Vila Nova, a pescadora diz com convicção que, quando vir um pé de butiá com o “cacho cheinho” na área privada do estaleiro, não irá se conter de levar alguns frutos com ela. Trata-se aqui de uma manobra entre forças desiguais. É na vida cotidiana que os que sofrem imposições contrárias à sua vontade empreendem seus combates para virar as regras de um jogo favorável apenas aos fortes. É assim que o cotidiano, segundo Certeau (2014), se inventa com mil maneiras.

A partir da reestruturação produtiva da região marcada pelas obras que compõem o Polo Naval em Rio Grande e São José do Norte, os pescadores entrevistados relatam que houve um aumento no fluxo de circulação de embarcações de grande porte no canal da zona estuarina da Lagoa dos Patos. O trânsito aquecido de embarcações faz parte da realidade cotidiana dos pescadores artesanais que tiram seu sustento da Laguna. O enfrentamento desigual entre as embarcações artesanal e industrial expressa uma forma de resistência dos pescadores artesanais que passam agora a disputar o espaço lagunar com os gigantes da indústria de navegação.

A resistência silenciosa dos pescadores artesanais diante da nova estrutura produtiva se expressa, assim, a partir das pequenas ações cotidianas que questionam a ordem imposta, dos rumos sinuosos que têm que navegar com suas pequenas embarcações de madeira em meio de enormes embarcações modernas. Assim, uma maneira perigosa de viver, a nova situação cotidiana imposta se transforma em um espaço de resistência. Essa é a luta e a resistência e a desigualdade que se oculta sob a ordem estabelecida.

Através de inúmeras táticas, os pescadores artesanais da Vila

Nova trilham um embate que visa driblar as estratégias de imposições que culminaram em sua perda de território. Pode-se diferenciar estratégia de tática a partir de Michel de Certeau (2014). A estratégia, segundo este autor, se configura a partir de bases econômicas que escondem, sob cálculos objetivos, a sua relação com o poder que os sustenta. A tática cotidiana, em contrapartida, é a decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”.

Nas falas dos entrevistados, identifica-se a tática de retomar um espaço essencial para a reprodução social dos pescadores artesanais deslocados. Segundo os pescadores, a pesca artesanal na Lagoa dos Patos é regida pela dinâmica estuarina que determina a mistura da água salgada oceânica com a água doce lagunar. Assim, a zona de mistura dessas águas de diferentes salinidades, ou seja, a zona estuarina torna-se a região mais produtiva para a atividade pesqueira artesanal. Afastados das margens dos estuários, os pescadores buscam alternativas em seu trabalho cotidiano que lhes permitem seguir pescando no setor pesqueiro tradicional agora intensamente ocupado pela atividade naval.

Algumas táticas envolvem jornadas longas de navegação que partem das proximidades da nova moradia até o pesqueiro tradicional, que antes era alguns minutos de navegação da Vila destituída. Essa tática de resistência infere em custos mais altos para a realização do trabalho artesanal, já que os pescadores levam de quatro a seis horas para alcançar os pesqueiros produtivos, culminando em altos gastos com combustível e alimentação. Em épocas de safras importantes, os pescadores se dispõem a acampar às margens da zona estuarina da Laguna para evitar os gastos de deslocamento diário da moradia até os pontos de pesca. Um pescador relata que na última safra ele e os companheiros de pesca chegaram a ficar um mês e meio acampados para realizar a pescaria, enfrentando os gastos e dificuldades a que isso remete para poder seguir pescando diante da nova situação.

Outro fator importante é a ironia colocada nas falas dos entrevistados no que tange a representação do empreendimento EBR como progresso ou desenvolvimento da região. A seguir, algumas falas que trazem a entonação irônica foram selecionadas a fim de apresentar os significados que os pescadores atribuem ao empreendimento.

“Tem dias que eu digo que aquilo ali (EBR) é uma maldição e as gurias brigam comigo, ai mãe para. É uma maldição, sim. Aquilo ali foi pra tirar nós dali” (Ana).

“O Norte não cresceu, ele inchou. Ele só traz gente de fora. Por que eu acho que crescimento é quando vem indústria com emprego, mas tá todo mundo desempregado. Cada dia que passa. Que benefício trouxe esse estaleiro pra São José do Norte?” (Seu Lélo).

"A pesca daqui pra frente, a tendência é que fique cada vez pior, mas como a gente tem o EBR que é o progresso (risos). [...] Só coisa ruim, pra mim progresso nenhum. Se tivessem ficado onde tavam" (Maria).

A forma irônica com que tratam a questão causa certa fricção com a ideia de que os pescadores artesanais aceitam a ordem social propagada pelas elites. Ou seja, os valores-chave do pensamento hegemônico não encontram apoio nas falas deste grupo como apresentado a seguir.

"As pessoas acham que tudo é dinheiro. Não é dinheiro. Aí o cara diz 'Ah mas é emprego'. [...] Não, não tem ninguém da minha família trabalhando lá" (Silvio).

"É brabo, né. Da Vila ninguém queria sair, aí se eu disser pra ti que ninguém queria sair. Ah mas qualquer um dizia aí 'Ah mas vocês vão sair pra um lugar melhor, não pior', e nós 'Não, mas ninguém quer melhor, nós temo aqui, nós vivemos aqui, quantos anos nos vivemos aqui e nunca precisamos do EBR, nós sempre vivemos de pescaria, sempre fomos pescador, sempre criamos nossos filhos assim" (Luiz).

O inconformismo dos pescadores artesanais da Vila Nova à situação que lhes fora imposta, o deslocamento compulsório, se traduz no imaginário deste grupo que sempre vê a possibilidade de retornar a viver na antiga vila. A fala do pescador Silvio apresentada a seguir traduz esse anseio por se restabelecer na Vila Nova, território agora ocupado pelo empreendimento portuário.

"Eu vou dizer, eu podia começar do zero, eu não quero que façam nada, só me dar o meu canto lá de volta e deu. Nem precisa estar como era antes, só me dar, com os vizinhos no caso como era antes" (Silvio).

Outro pescador que residia na Vila Nova, Luiz, também expressa durante entrevista a possibilidade hipotética de voltar ao lugar de origem caso houvesse a falência do empreendimento.

"Eu quando vim pra cá, eu disse pros guris que se o EBR fosse à falência e eles viessem aqui, e quisesse fazer negócio comigo de novo, eu fazia!" (Luiz).

As situações hipotéticas colocadas pelos pescadores anunciam seu anseio cotidiano por retomar um modo de vida transformado pela chegada do empreendimento ao seu lugar. Imaginar essa possibilidade é como sonhar, parece uma loucura, a apresentação de uma situação cotidiana deformada. No modo de ver de Martins (1996), os sonhos são resíduos insubmissos da racionalidade e dos poderes dela derivados. A entrevistada Aline, filha de pescador, conta que assim que sofrera o

deslocamento compulsório sonhava diversas vezes enquanto dormia que estava na antiga residência na Vila Nova.

“A gente mesmo, até agora a gente já está acostumado, mas antes parecia que a gente ia voltar pra lá. Toda a noite sonhava que estava na outra casa, às vezes acordava no meu quarto e pensava que tava lá, e tava aqui” (Aline).

A loucura do sonho, segundo Martins (1996), denuncia a insanidade do dia e da vigília: a insanidade de um agir conduzido e demarcado por um querer alheio e não interrogado nem questionado. A realidade cotidiana vivida no dia representa, para esses pescadores, uma situação imposta contra seus anseios. O sonho vivenciado à noite enquanto dormem ou de dia quando imaginam, representa a denúncia à submissão cotidiana. Sonhar que a vida segue como era antes, traz para esse grupo a possibilidade de vivenciar o que lhes faz falta no cotidiano. A pescadora entrevistada, Dona Flávia também aponta que sonha que está na antiga residência na Vila Nova.

“Mas quando chega a noite que eu deito a cabeça no travesseiro, quem é que diz que eu durmo? Eu durmo sim, mas durmo sonhando que eu to lá em casa” (Dona Flávia).

Diante de um cotidiano transformado pela imposição de ter que sair da Vila Nova, os pescadores apontam para as possibilidades de felicidade na vida cotidiana marcada pelo trabalho artesanal. As falas que seguem representam a possibilidade de sentir-se feliz no novo cotidiano a partir da continuidade na pesca artesanal. Quando questionada acerca do que lhe faz feliz na nova vida, a pescadora Maria afirma: *“O meu galpão, ficar remendando a minha rede ali.”* O pescador Seu Lélo também aponta o trabalho como forma de felicidade no novo cotidiano: *“O que me deixa contente é ainda indo pro mar. Às vezes eu fico satisfeito só em estar aqui, as amizades que eu tenho é na pesca.”* Silvio, pescador entrevistado, concorda que a possibilidade de felicidade *“é a pesca”*. Segundo ele, quando sai pro mar *“parece que está viajando”* e que nada lhe acontecera referindo-se ao deslocamento. O pescador entrevistado aponta para um sentimento de liberdade toda vez que vai pro mar, como se ali as adversidades fossem colocadas de lado.

Conclusões

Para os pescadores artesanais, o território é essencial enquanto *valor de uso* representado pela captura de pescado para autoconsumo. A margem da região estuarina da Lagoa dos Patos é o espaço de representação do

vivido desses sujeitos, ou seja, apresenta simbolismos complexos atrelados ao modo de vida dessas comunidades historicamente constituídas. A partir da modificação imposta da base produtiva, ou seja, do deslocamento dos pescadores de seu território para a implementação de empreendimentos portuários, o espaço passa a ter outra representação.

A expansão do Polo Naval sobre as áreas tradicionais da pesca artesanal é a representação do *espaço concebido*. Por *espaço concebido*, Lefebvre entende aquele espaço do capitalismo no qual agem as instituições, o poder, o Estado a partir de um saber técnico, ideológico onde impõe o *valor de troca*.

A implementação do estaleiro EBR significou uma ruptura no *espaço vivido* e na reprodução social dos pescadores da Vila Nova devido à imposição do *espaço concebido* representado pela atividade naval no estuário da Lagoa dos Patos. Assim, atualmente nesse território ocorre a produção de diversas práticas espaciais, que se confrontam e entram em conflito; de um lado, a atividade cotidiana da pesca artesanal e de outro, o *espaço concebido* que é a representação da atividade naval. Assim, se produzem diferentes ações e percepções carregadas de temporalidades e subjetividades acerca do espaço pelos diferentes produtores do espaço. No *espaço percebido*, ou seja, aquele da prática espacial, os pescadores vivem um novo cotidiano a partir dos espaços residuais da imposição dos empreendimentos. Nesse espaço, as relações sociais são controladas pelas formas e ritmos do capitalismo, e a liberdade que esse território representava para este grupo passa a ser vigiada e controlada.

Dessa forma, as transformações na vida cotidiana deste grupo indicam que este modelo de desenvolvimento impacta diretamente o modo de viver local. A aposta no crescimento econômico, a partir da implementação de grandes projetos em regiões consideradas economicamente decadentes, sufoca o desenvolvimento do modo de vida dos pescadores artesanais da Vila Nova. Dessa forma, há um desrespeito à diferença, à diversidade de modos de vida a partir da imposição de um novo arranjo produtivo em um território tradicionalmente pesqueiro.

Vale a pena ressaltar que se observou que é no próprio cotidiano interrompido, invadido desde fora, por uma ação estatal, que surge não só a resistência nos pequenos atos, já analisados, mas também a possibilidade de novas formas de inserção social, que, mesmo precária, anuncia um leque de novas possibilidades, dotadas de criatividade e inovações, onde os laços sociais se fortalecem. A lógica do capital que transforma as pessoas em coisas prioriza o lucro e o crescimento econômico, desenraiza grupos sociais, como é o caso dos pescadores artesanais da Vila Nova e os empurra a ocupar lugares marginais no circuito da reprodução social. Mas esses lugares marginais se tornam novos espaços do vivido, da reprodução social e da resistência à lógica

dos grandes projetos revestidos da velha ideia do progresso, tornada em ideologia do lucro.

O novo cotidiano dos pescadores artesanais deslocados apresenta também elementos que garantem sua continuidade enquanto comunidade, como pescadores que são. Assim, sutilmente, os pescadores não aceitam o imposto, transformando sua realidade a partir de práticas que garantem sua reprodução social. Essas práticas se dão nos espaços do possível, nos espaços da possibilidade de desenvolvimento diante de um cenário não favorável ao homem e à mulher, pescador e pescadora. As práticas de resistência dos pescadores artesanais da Vila Nova através de inúmeras táticas cotidianas representam a rebeldia do vivido frente ao espaço abstrato.

Referências bibliográficas

- ABDALLAH, P. R. & SILVA, D. H. Efeito de eventos El Niño na economia da pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) da Lagoa dos Patos, RS, Brasil. Anais do 50 Congresso da SOBER realizado de 22 a 25 de julho. Vitória, ES. 2012.
- CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. 22 Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. 316p.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 133-168.
- GARCEZ, D. S. & SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. *Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil*. Rio Grande: Atlântica, v. 27 (1), 2005. p. 17-29.
- GERHARDT, C.; LOPO, R. M. & SANTOS, C.F. Ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes”. In: ZHOURI, A. & VALENCIO, N. (Org.) *“Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais”*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2014, p. 345-385.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 2ª Ed. São Paulo, Editora Atlas S.A. 1989, 206p.
- GRANATO, F. Subsídios técnicos para o estabelecimento de um Plano de Gerenciamento Ambiental Integrado do processo de dragagem do Porto de Rio Grande-RS. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Oceanografia Física, Química e Geológica da FURG, Rio Grande, 2005. 139f.
- HAIMOVICI, M.; VASCONCELLOS, M.; KALIKOSKI, D.; ABDALLAH, P.;

- CASTELLO, J.P. & HELLEMBRANDT, D. "Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Rio Grande do Sul". In: Isaac, V.N.; Haimovici, M.; Martins, S.A. & Andriguetto, J.M.(Org). *A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Belém; UFPA. 2006, p. 157-180.
- HELLER, A. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona, Peninsula. 1982. 105p.
- KALIKOSKI, D. & VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. FAO Fisheries and Aquaculture Circular, n. 1075. Roma, FAO. 2013. 200 p.
- KALIKOSKI, D.; ROCHA, R. & VASCONCELLOS, M. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. In: *Ambiente & Educação*, vol. 11 pp.87 - 118. 2006.
- LEFEBVRE, H. *Critique of Everyday Life*. London, Verso. 1991. 283p.
- MARTINS, J.S. O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: *Tempo Social Rev. Sociol.* USP: São Paulo, 1996.
- MARTINS, J. S. A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In: (Des) *Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. MARTINS, J. S.S (Org.) São Paulo, Hucitec, 1996, p. 15-46.
- MARTINS, J. S. *Uma Sociologia da Vida Cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014. 223p.
- MILLS, C. W. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MIRANDA, L. B. *Princípios de Oceanografia Física de Estuários*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 413p.
- MONSMA, K. *James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica*. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, 2000, p. 95-121.
- PAIS, J. M. Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana. In: *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986, p. 7-57.
- SCHKOLNIK, F. *Un acercamiento a la vida cotidiana desde los conceptos de Agnes Heller*. UBA XXI, 2011.
- SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.
- SEN, Amartya K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA FILHO, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do Cotidiano. *Sociabilidades*. São Paulo. V.2, n.5, pPp. 129-135, 2002
- TONUCCI FILHO, J.B.M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. *Revista Espinhaço*, 2013 2(1) Pp. 41-51

ZHOURI, A. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais, Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

SOTO, William Héctor Gómez e Raquel Hadrich Silva. A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS). *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 131-152, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*A expansão dos empreendimentos portuários e seus efeitos sociais na vida cotidiana dos pescadores da Vila Nova – São José do Norte (RS)*). Os autores fazem uma análise dos impactos dos empreendimentos portuários, realizados pela Empresa Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR), na vida cotidiana dos pescadores artesanais da Vila Nova, em São José do Norte (RS). Estes empreendimentos, representando a ideia abstrata do progresso, destroem o modo de vida das comunidades. O artigo é resultado de uma pesquisa com os pescadores da Vila Nova, cujo espaço foi objeto de intervenção de parte da empresa mencionada. Foram realizadas entrevistas com os pescadores, que permitiram descobrir de que forma o desalojo do lugar de moradia afetou suas vidas, e ainda analisar as dificuldades da inserção em novos locais marginais. Porém, também se mostra que mesmo nesses lugares marginais, os membros da comunidade fazem resistência, desacatando as proibições da empresa, resistência também que se expressa nos próprios sonhos dos pescadores e suas famílias.

Palavras-chave: vida cotidiana, empreendimentos portuários, pescadores artesanais, São José do Norte.

Abstract: (*Harbour enterprise expansion and its social effects on the everyday life of fishermen of Vila Nova – São José do Norte*). The authors draw an analysis regarding the impacts from harbour enterprises led by the company Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR) upon the everyday life of the artisanal fishermen of Vila Nova in São José do Norte. These enterprises are the representation of the abstract idea of progress but destroy community livelihood. The article results from a research regarding the fishermen of Vila Nova whose space has been object of intervention by the abovementioned company. Interviews were accomplished with fishermen allowing to discover in which manner the eviction of the place

of home has affected their lives as well as to analyse the difficulties of insertion in other marginal localities. However, it also shows that even in these marginal places the members of the community resist denying the company's prohibitions, resistance that is also expressed in the own dreams of the fishermen and their families.

Keywords: everyday life, harbour enterprises, artisanal fishermen, São José do Norte.

Recebido em janeiro de 2017.
Aceito em fevereiro de 2017.